



SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA – BA: PELA ÓTICA DO CICLO DE POLÍTICAS

MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOMS AS AN INCLUSION POLICY IN THE MUNICIPALITY OF
FEIRA DE SANTANA – BA: FROM THE PERSPECTIVE OF THE POLICY CYCLE

Camila Bahia Góes¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7368-5299>

E-mail: camilabahiaagoes@gmail.com

Resumo

Este artigo é resultado da Tese de Doutorado vinculado ao Programa de Educação da Faculdade de Educação pela Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, a qual teve como objetivo geral, analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais. Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos sem discriminação e a cada sujeito com suas diferenças e especificidades, entretanto, alcançar esses objetivos requer alterações nas instituições e na preparação/formação para a atuação docente, como também nas políticas públicas educacionais. A metodologia desenvolvida foi através de levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo com instrumento de entrevista semiestruturada com 10 profissionais que atuam diretamente com inclusão no município de Feira. Tal pesquisa visou discutir as possibilidades e desafios lançados no percurso vivido do município diante da proposta de garantir as salas de recursos como política de inclusão e foi identificado que a flexibilização curricular perpassa pelo campo pedagógico, mas, sobretudo, pelo campo político e social, no que diz respeito a adoção de posturas que prezem por uma concepção inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão; Salas de Recursos Multifuncionais; Ciclo de Políticas.

Abstract

This article is the result of the Doctoral Thesis linked to the Education Program of the Faculty of Education at the Federal University of Bahia – FAGED/UFBA, which had as its general objective, to analyze inclusive educational policies in the municipality of Feira de Santana-BA, based on contexts (of influence, production and practice), to guarantee the right to inclusive education in Multifunctional Resource Rooms. Thinking about an inclusive school means thinking about a fair and democratic school, which includes everyone without discrimination and each subject with their differences and specificities. However, achieving these objectives requires changes in institutions and in preparation/training for teaching, as well as in educational public policies. The methodology developed was through bibliographical research, document analysis and field research using a semi-structured interview instrument with 10 professionals who work directly with inclusion in the municipality of Feira. This research aimed to discuss the possibilities and challenges presented in the municipality's journey through the proposal to guarantee resource rooms as an inclusion policy and it was identified that curricular flexibility permeates the pedagogical field, but, above all, the political and social field, in which concerns the adoption of positions that value an inclusive conception.

Keywords: Inclusion; Multifunctional Resource Rooms; Policy Cycle.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da Tese de Doutorado vinculado ao Programa de Educação da Faculdade de Educação pela Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, a qual teve como objetivo geral, analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais.

A fim de responder o questionamento: *Como as políticas educacionais se desenvolveram no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), no sentido de garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais?* Foi importante ter como base teórico-metodológica a abordagem do Ciclo de Políticas para embasar a pesquisa realizada sobre a Portaria nº13/2007 que regulariza a Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais contextualizada em seu nível macro e micropolítico, como também, analisar a atuação de professores das salas de recursos especificamente no município, como fundamentais para colocar a política em ação.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos sem discriminação e a cada sujeito com suas diferenças e especificidades, entretanto, alcançar esses objetivos requer alterações nas instituições e na preparação/formação para a atuação docente, como também nas políticas públicas educacionais. Para tanto, a educação inclusiva deve ter como pauta de discussão, a pluralidade, entendendo que os sujeitos apesar de únicos, são plurais e distintos, e a inclusão, foge das ideias da padronização e homogeneidade escolar, que concentram a ideia de que a aprendizagem só se dá por um meio e que todos aprendem através de uma única forma, mas ao contrário disso, precisa-se respeitar as singularidades e entender que se aprende com as diferenças.

Uma escola que pretende ser inclusiva deve ser acessível, mas dentre outras necessidades, é preciso se desfazer de velhos conceitos de deficiência e diferença, como também, pensar em como atender as especificidades dos sujeitos com deficiência não somente no que diz respeito à estrutura arquitetônica, mas, sobretudo, curricular e pedagógica. Ter acesso não significa hoje, com novos rumos da inclusão, apenas incluir rampas no plano arquitetônico das cidades e prédios públicos, mas sim, estabelecer uma nova ordem, onde todas as possibilidades de interação com o meio social sejam garantidas. (LUNA, 2015)

É perceber a deficiência no contexto escolar como uma expressão de diferença, mas não pelas limitações do sujeito, e sim, na necessidade de eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e participação destes no processo educativo, promovendo a interação e troca entre as crianças e buscando uma mudança de paradigma educacional a fim de minimizar a desigualdade existente pelos mecanismos sociais instalados.

Afirma Souza, (2016, pg. 47) que:

peças com deficiência são atingidas pela desigualdade social, verificada em muitos obstáculos enfrentados cotidianamente: nos espaços públicos e privados inacessíveis; restrição de vagas no mercado de trabalho; barreiras físicas e atitudinais existentes nos processos de escolarização, ainda pautados em critérios de homogeneidade.

Portanto, reforça-se a necessidade de políticas públicas que busquem garantir a inclusão no contexto educacional e que a partir dessas, se rompa com uma lógica baseada em práticas excludentes e segregadoras e que reverbere na desigualdade social.

O Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais é visto, neste contexto, com uma proposta necessária à política inclusiva, justamente por legalizar a disposição de espaços apropriados para que ocorra o Atendimento Educacional Especializado. E, mesmo considerando o fato abordado por Mendes (2010, p. 15) que “[...] nem sempre os dispositivos legais conseguem ser implementados na prática, visto a realidade complexa e dinâmica que envolve os sistemas escolares”, este programa é resultado de muita luta política e social que entorna o paradigma de inclusão.

O Programa foi instituído pelo MEC/SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, por meio da Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, como medida de apoio às escolas, frente à aprovação da Resolução nº 2/2001, que normatizou artigos da LDB nº 9394/96, estabelecendo que a matrícula dos estudantes, público da Educação Especial, se realizaria na escola regular.

Esta política pública se fortaleceu em 2008, com a nova Política Nacional de Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), considerando que a partir dessa, o AEE passaria a ser o foco da Educação Especial. Nessa trajetória, fortaleceu-se a iniciativa governamental para a implantação e estruturação das salas de recursos multifuncionais nas escolas de ensino regular para atender seu público alvo.

Como afirma Dos Anjos (2011), inicialmente a sala de recursos multifuncionais foi pensada como alternativa para as práticas de segregação que os sujeitos com deficiência sofrem no seu cotidiano escolar, e atualmente, o foco da sala é suprir as lacunas e ausências das salas regulares, justamente por afirmar que as escolas atuais ainda são pouco inclusivas e as Salas de Recursos Multifuncionais exercem a tentativa de democratizar o ensino através de maiores condições à autonomia dos sujeitos público alvo da Educação Especial.

No que diz respeito ao campo de estudo, o município de Feira de Santana- BA, trata a educação inclusiva como uma das pautas necessárias à diversidade. O movimento por se preocupar com a inclusão precede a implantação das salas de recursos, ou seja, o município de Feira de Santana, por intermédio da Secretaria de Educação, desenvolveu ações no campo da educação especial na perspectiva inclusiva, principalmente no campo formativo e de políticas que convergiam para este tema. Como também, é importante destacar que a primeira escola a ser implantada à Sala de Recursos Multifuncionais já desenvolvia uma proposta inclusiva, com disposição de uma sala específica para intervir com os sujeitos com deficiência.

A pesquisa se constituiu a partir da abordagem metodológica do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), por ser considerada uma abordagem não somente metodológica, mas também, teórica, e que analisa os contextos distintos, porém, inter-relacionados, que configuram a política investigada, em seu nível macro e micro.

METODOLOGIA

O ciclo de políticas pressupõe um movimento crítico de investigação de um problema imanente a uma dada realidade, ultrapassando o enfoque descritivo ou narrativo e se movimentando para um contínuo questionamento do objeto pesquisado. Dessa forma, pesquisar sobre as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais implicou não somente a discussão teórico-metodológica e política, mas também, houve a necessidade de adentrar em contextos diferenciados; estabelecer relações interpessoais com as participantes da pesquisa; enfim, necessitou manter contato mais próximo, interagir, dialogar com o *lócus* e com os participantes

da pesquisa. Reforça Martins (1999, p. 291), ao dizer que “a metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela toda questão técnica implica discussão teórica.”

Considerou-se importante este tipo de abordagem com base no ciclo de políticas, principalmente pela proposta de superar os binarismos entre o campo macro e microssocial, mostrando o quanto estes campos estão imbricados, ou seja, percebendo a dialética entre os contextos apresentados por Ball; Bowe (1992), de influência, produção de texto e prática, a nível mundial e local. Por aderir às Salas de Recursos Multifuncionais, como o objeto da pesquisa para analisar o desenvolvimento das políticas educacionais no município de Feira de Santana- BA adotou-se o estudo de caso como caminho a ser traçado. A fim de organizar a pesquisa tendo como abordagem epistemológica o Ciclo de Políticas, utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

a) *primeiro contexto*, o de influência, análise do percurso histórico, cultural e social que entornam o paradigma de educação inclusiva a nível internacional e nacional, tendo como relação fundamental, através de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica que discutem este processo. Então, foi feito um levantamento bibliográfico no repositório de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando-se dos descritores: <política> e <salas de recursos multifuncionais>; “ou” <ciclo de políticas e educação especial>; “ou” <ciclo de políticas> “e” <salas de recursos multifuncionais>, com o recorte temporal de 2010 a 2020, o que levou a análise de 12 (doze) trabalhos que tratavam especificamente da implantação da Salas de Recursos Multifuncionais enquanto política de educação inclusiva.

b) *segundo contexto*, o de produção de texto, análise de documentos legais que contextualizam o surgimento das salas de recursos multifuncionais enquanto política inclusiva, a nível nacional e local, por isso, definiu-se a pesquisa documental e pesquisa de campo, tendo como sujeitos: responsáveis pela coordenação do setor de educação especial, tendo em vista as pessoas responsáveis inicialmente, pelo período de implementação inicial das salas, como também, os coordenadores vigentes. E, no que tange aos documentos analisados, foram selecionados os seguintes abaixo:

Quadro 1: Síntese dos documentos em análise

ANO	Nível	DOCUMENTO	ASSUNTO/OBJETIVO
1990	Global	Declaração Mundial sobre Educação para Todos	Define as novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem, objetivando a universalização do acesso e equidade à educação, incluindo as pessoas com deficiência.
1994	Global	Declaração de Salamanca	Reafirma o compromisso com a educação para todos, reconhecendo a urgência da garantia do direito à educação na perspectiva da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais.
1999	Global	Convenção Interamericana para eliminação de Todas as Formas de Deficiência (Convenção de Guatemala)	Estabelece o compromisso de diversos países para eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração na sociedade;
2008	Brasil	PNEE-EI	Aponta os marcos históricos normativos e faz um histórico da Educação Especial, apresenta os objetivos da PNEE-EI, identifica o público alvo da Educação

			Especial e as diretrizes da PNEEEI, de forma a apresentar as orientações para a organização dos sistemas educacionais na perspectiva inclusiva.
2009	Brasil	Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009	Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
2015	Brasil	LBI 13.146	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
2006	Feira de Santana	Lei Orgânica do Município de Feira de Santana, de 26 de abril de 2006;	Lei específica que dispõe sobre a organização, funcionamento, fiscalização e segurança dos serviços públicos e de utilidade pública, dentre outros.
2016	Feira de Santana	LEI Nº 3651, de 16 de dezembro de 2016.	Institui o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana para o período de 2016 a 2026.
2019	Feira de Santana SEDUC	Proposta Curricular do Ensino Fundamental I Educação Especial: Diálogo em construção...	Documento que apresenta a proposta curricular concernente à inclusão de estudantes com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação.

Fonte: Dados da pesquisa da Tese: Salas de recursos multifuncionais como política de inclusão no município de Feira de Santana – BA: dos contextos da influência aos contextos da prática

c) *terceiro contexto*, o contexto da prática, foi dada continuidade a pesquisa de campo através de entrevistas, porém, mais especificamente com professores do município de Feira de Santana – BA que atuam nas salas de recursos multifuncionais oferecendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE nas escolas escolhidas pelos critérios de: as primeiras salas implantadas e as salas mais recentes, implantadas no período de pandemia.

A pesquisa contou 10 profissionais que atuaram e atuam diretamente com o setor que se debruça sobre a educação inclusiva no município de Feira de Santana, e mais especificamente com a Sala de Recursos Multifuncionais, dentre esses, 8 estavam enquanto professoras do AEE no ano de 2022 e 2023, período em que foi levantado tais dados. Para contribuir com este período inicial de surgimento das salas de recursos em Feira de Santana, participaram duas professoras que fizeram parte da coordenação do setor que estava à frente da educação especial/inclusiva na época vigente à implantação. É importante destacar que essas duas colaboradoras, hoje atuam, em Salas de Recursos Multifuncionais. Pode-se destacar também, que fizeram parte da pesquisa, duas responsáveis pelo setor que hoje trata sobre a proposta de inclusão no município, e tem como uma das atribuições as Sala de Recursos Multifuncionais de Feira de Santana.

Sobre os segmentos atendidos pelo AEE, destaca-se a atuação das professoras entre os seguimentos de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Sendo que duas professoras atuam diretamente na zona rural.

Todas as colaboradas, de forma unânime, sinalizaram que o maior público atendido são os estudantes com Deficiência Intelectual e TEA, dentre outras especificidades. Como também, o quantitativo apresentado de estudantes atendidos só diz respeito aos matriculados na escola referente, visto que elas poderiam atender outros estudantes de escolas circunvizinhas, mas não o fazem devido à baixa procura e a demanda vigente.

Os dados recolhidos foram analisados no decorrer a partir dos princípios da análise de conteúdo de BARDIN (1978), tendo como respaldo a abordagem teórico-crítica de Bourdieu (1989, 2002, 2003, 2011) e o ciclo de política de Ball e Bowe e seus colaboradores (*Apud* MAINARDES, 2007; 2006).

RESULTADOS

Sobre as trajetórias das professoras nas salas de recursos, destaca-se que em sua maioria, apesar de já fazerem parte da equipe pedagógica da escola, precisaram buscar a formação na área para atuarem como professoras do Atendimento Educacional Especializado – AEE e diante da demanda crescente do público alvo da educação especial, passaram a assumir tal função. Esses dados são importantes para validar que não é somente a demanda, a disponibilização de verbas e organização da infraestrutura que fazem a Sala de Recursos Multifuncionais funcionar, mas, sobretudo, a presença de um profissional habilitado para desenvolver o trabalho do AEE.

As professoras, sujeitos da pesquisa, foram de grande relevância para alcançar o objetivo de analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), principalmente, sobre o contexto da prática, o qual de fato revelou as realidades distintas, as problemáticas emergentes dos diversos contextos e como a política está sendo efetivada partindo desses lugares.

Essa pesquisa necessitou de uma imersão nas políticas inclusivas mencionadas anteriormente, tanto a nível macro, quanto micro, a fim de contextualizar o surgimento das SRM enquanto política pública de educação inclusiva a partir da influência das políticas educacionais brasileiras; como também, identificar as contradições e aproximações entre o contexto da prática das salas de recursos multifuncionais e o que se propõe no contexto da produção da política de educação inclusiva, principalmente para se chegar ao *lócus* da pesquisa, as Salas de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana – BA, sem perder de vista a reflexão e criticidade diante de tal política.

Além disso, se fez necessário um contato direto com tais sujeitos colaboradores da pesquisa, o que possibilitou descrever as dificuldades e possibilidades no contexto da prática por professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana – BA para atender a proposta de educação inclusiva.

Diante disso, os dados levantados a partir da pesquisa documental e das respostas das entrevistas foram analisados através da perspectiva metodológica de análise de conteúdo, a qual contribuiu para a definição das categorias *a priori*, embora buscando, permanentemente, relacioná-las aos dados coletados, atendendo aos critérios da validade, pertinência, exclusividade, objetividade, consistência e fidedignidade da coleta de dados. (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989). Assim, as categorias que se efetivaram na pesquisa, foram organizadas através das relações estabelecidas entre os contextos do Ciclo de Políticas com base nos instrumentos e técnicas utilizadas aos dados coletados de forma crítica e contextualizada.

Nesta investigação, foram escolhidas de forma minuciosa as políticas analisadas, tanto a nível macro, quanto micro, considerando sobretudo, o contexto em que elas surgiram e a importância de cada uma delas para o movimento de inclusão. Como também, as falas das profissionais foram analisadas de forma fidedigna e contextualizadas como os textos e contextos das políticas.

Esta análise resultou nos seguintes capítulos de análise: Contextos de produção e de influências das/nas políticas educacionais inclusivas; e, Uma análise de influências e de práticas em/nas Salas de Recursos Multifuncionais no município da Feira de Santana-BA. Nos capítulos mencionados, foram discutidas as influências das/nas produções de políticas educacionais inclusivas que revela e analisa as políticas, a nível internacional, que tiveram destaque a partir da década de 1990, com o movimento político e social, sobre a eminência do paradigma de inclusão e como o Brasil foi se estabelecendo como país proveniente de tal paradigma.

Destacou-se as organizações internacionais como importantes atores nos processos de difusão das políticas públicas, utilizando-se de diversos meios para que outros atores envolvidos possam adotar as práticas recomendadas, bem como fiscalizar a concretude das mesmas. É inegável dizer que tais organizações contribuíram para o surgimento de um conjunto de mudanças que implicou numa nova concepção sobre o papel do Estado e sobre a influência econômica em todas as áreas, sobretudo, na educação. O que fortaleceu a necessidade de buscar uma educação de qualidade com base nas exigências mercantis e do capital, surgindo então, a concepção de educação a serviço do capital, porém, velada pela perspectiva de erradicação da pobreza e das desigualdades sociais.

Nessa direção, Dale (2001) chama atenção para a “agenda globalmente estruturada para a educação” um projeto educacional comum apoiado em um discurso uniforme, para ser implementado em diferentes regiões do mundo, o qual produz resultados diferentes em países distintos mediados pela divisão internacional do trabalho. Pensar as políticas educacionais por esse prisma, nos possibilita compreender que as mesmas favorecem um discurso hegemônico e atendem aos interesses de grupos determinados.

Então, a década de 1990 foi marcada por uma reforma educacional nos países em desenvolvimento, orientada, entre outros elementos, “pelo consenso em torno da universalização como política que organiza a Educação Básica e que passou a ser difundida como estratégia de inclusão social na virada do século”, como afirma Baptista et al (2015, p.15). O que influenciou, por sua vez, a educação de sujeitos com deficiência também ser foco de tais debates.

No que diz respeito ao nível nacional, a pesquisa apontou e contextualizou como as influências dos organismos internacionais desencadearam as políticas inclusivas do Brasil, mais precisamente nos anos de 1990, as escolas, neste período, passaram por reformas educacionais no que diz respeito a questões administrativas, de planejamento e de gestão do ensino público brasileiro, com vistas a atender as exigências da atuação de organizações internacionais na educação dos países emergentes. Destacou-se então, que a política educacional no Brasil, nos últimos anos, está apoiada em discursos inclusivos, na estreita das conferências internacionais, que visaram à proposição de universalização da Educação Básica nos países em desenvolvimento e a inclusão escolar esteve como base para tais políticas educacionais enquanto matriz liberal, a qual tenta obscurecer as diferenças de classe social e apresenta consequências políticas e teóricas. Tais políticas também resultam e se fortalecem em busca do paradigma de inclusão a partir das mudanças governamentais entre Fernando Henrique Cardoso e do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerando o seu primeiro e segundo mandato.

Os desafios da educação inclusiva são enormes, sobretudo na esfera pública, devido a fatores como, sucateamento da educação, baixa remuneração, condições de trabalho precárias, desvalorização docente, falta de recursos humanos e infraestrutura, dentre outros. Desafios

potencializados pela diversidade cultural, econômica, social e regional do Brasil, a qual influencia diretamente na efetivação de políticas inclusivas e redirecionamento das mesmas para atender as diversas realidades brasileiras.

Por se tratar do município de Feira de Santana, também foi necessário analisar algumas políticas locais que contribuindo para o surgimento das salas de recursos multifuncionais como recorte das políticas inclusivas do município, contextualizando ao período inicial de implantação das primeiras salas com o período vigente da pesquisa, entre 2022 e 2023.

O município de Feira de Santana trata a educação inclusiva como uma das pautas necessárias à diversidade, como prova disso destaca-se, em 2001, a institucionalização da Divisão de Ensino Especial, estrutura organizada pela Secretaria de Educação/SEDUC, a qual desenvolveu várias ações diante dessa pauta no decorrer de sua existência. Outro ponto de destaque diante da pauta de inclusão, foi a participação de Feira de Santana enquanto município-polo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, implementado em 2003, a qual tratou de um programa do Governo Federal de capacitação de recursos humanos proposto pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), com o objetivo de orientar os dirigentes estaduais e municipais, na implementação de sistemas educacionais inclusivos.

É importante destacar que a Divisão de Ensino Especial passou a ser reconfigurada entre os anos de 2018 e 2019, pela atual gestão do município, enquanto setor específico da secretaria, e os temas e atribuições diante da inclusão, principalmente, no que tange a educação especial nessa perspectiva, passam a serem assumidas pelo Centro Municipal Integrado de Educação Inclusiva.

Dessa forma, também foi necessário apresentar uma discussão ampla e geral sobre a transição do setor que passou de Divisão de Ensino Especial para o Centro de Inclusão, contextualizando sobretudo, as ações formativas e políticas que implicaram e implicam na realidade do número das salas de recursos multifuncionais do município e estudantes PAEE matriculados e atendidos.

Em relação aos estudantes PAEE matriculados no ano de 2023, foram distribuídos o total de 2964 da seguinte forma: Educação Infantil com 369 estudantes matriculados, Ensino Fundamental I com maior quantitativo, de 1658, em seguida do fundamental II, 787 estudantes e por fim, na Educação de Jovens e Adultos- EJA que tem 130 estudantes.

No que diz respeito a demanda apresentada pelos estudantes matriculados na rede, a relação apresentada acima é dividida pelos seguintes diagnósticos: Deficiência Física; Visual; Auditiva; Intelectual, sendo que esta última é denominada como Síndrome de Asperger; Deficiência Mental para apresentar outras deficiências como o Transtorno Degenerativo na Infância; TEA e Altas habilidades e Superdotação, e, um quantitativo que consta como matriculada PAEE, porém, não há especificação da deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Tal pesquisa visou discutir as possibilidades e desafios lançados no percurso vivido do município diante da proposta de garantir as salas de recursos como política de inclusão e foi identificado que a flexibilização curricular perpassa pelo campo pedagógico, mas, sobretudo, pelo campo político e social, no que diz respeito a adoção de posturas que prezem por uma concepção inclusiva e que as leis garantam a inclusão para além do acesso ao sistema de ensino, mas com condições para o desenvolvimento de autonomia, independência, socialização e aprendizagem, destacando a importância de formações com esse intuito.

No que tange a atuação das salas de recursos pelas professoras do AEE a partir da interpretação das colaboradoras da pesquisa, foi apresentado dados ligados à dimensões contextuais que estão presentes diretamente na atuação da política da sala de recursos, tais como: organização sobre as salas de recursos nas escolas; características, infraestrutura, espaço físico e materiais das escolas e concepções dos professores sobre educação inclusiva. Dimensões essas que implicam diretamente no contexto da prática ao analisar a política das salas de recursos multifuncionais no município de Feira de Santana- BA.

A exemplo disso, foi apresentado que receber os materiais das salas e não fazer uso dos mesmos, principalmente por falta de espaço físico é apontar para uma relação com a dimensão de infraestrutura totalmente fragilizada, comprometida, ou seja, as escolas comprometem diretamente a atuação da política na prática. Percebeu-se então, que os desafios diante da implantação das salas de recursos, sobretudo, no que tange aos espaços, foi muito grande. Até porque existia a demanda, a necessidade por conta da matrícula dos estudantes PAEE nas escolas apresentadas pelo Censo Escolar, porém, quando se avançava para a implantação do programa, se esbarrava na lacuna do espaço físico.

Outro destaque que pode ser apresentado da pesquisa diz respeito a necessidade de formação dos profissionais que atuam diretamente nas salas de recursos multifuncionais, como também, a equipe pedagógica presente na escola que possui tais salas. E, mesmo considerando que o setor responsável pelo tema de inclusão oferece e se preocupa com a formação na proposta inclusiva, ainda se faz necessário para fortalecer a atuação da política de inclusão no município por meio das salas de recursos.

Dessa forma, o que se propõe a inclusão escolar é uma reforma institucional que fuja das práticas mecanizadas, pragmáticas e ortodoxas, mas que, sobretudo, consiga captar a riqueza de trabalhar no caminho da pluralidade e das diferenças, possibilitando aos sujeitos diversas formas de aprender, como a própria Mantoan (1998, p. 3) propõe: [...] “uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses.”

E as salas de recursos multifuncionais são considerados nessa concepção, como espaço de promoção de acessibilidade curricular aos alunos das classes comuns do ensino regular, onde se realizam atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outras complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação nas escolas. Portanto, entender que o trabalho desenvolvido nas salas enquanto política de inclusão em ação é importante para pensar e propor mudanças de concepção sobre o paradigma de exclusão e segregação.

DISCUSSÃO

Para fins da pesquisa, foi considerado que os desafios diante da implantação das primeiras salas ainda persistem no decorrer da trajetória de mais de 10 anos, tais como: infraestrutura inadequada; concepções contrárias à inclusão; concepções errôneas sobre a sala de recursos e a função do professor de AEE; como também, as condições socioeconômicas que interferem na dinâmica da atuação da política enquanto prática.

O município de Feira de Santana, a exemplo de outros municípios de todo o Brasil, é caracterizado pela diversidade socioeconômica de sua população. No tocante às estudantes e aos estudantes das escolas públicas municipais de Feira de Santana e de seus respectivos familiares, em sua maioria, identifica-se um público variado de mães e pais assalariadas e assalariados que provêm as necessidades básicas de suas filhas e de seus filhos, aquelas e aqueles de condição financeira instável que nem sempre conseguem suprir essas necessidades, e outras e outros (parte significativa) gravemente afetadas e afetados pela miséria social. E entender isso foi importante para situar o trabalho realizado nas salas de recursos multifuncionais pelas professoras do AEE, partindo não somente do que concerne a responsabilidade da escola, mas também, da realidade socioeconômica que se encontra os sujeitos atendidos pelas salas e a família que fazem parte, principalmente, por perceber o quanto esses fatores podem influenciar no desenvolvimento do trabalho.

A abordagem do Ciclo de Políticas, a qual esteve ancorada a pesquisa, possibilitou encontrar fundamentos consistentes para alcançar os objetivos propostos, bem como para a formulação de um posicionamento pessoal do significado de educação e do papel das políticas educacionais na construção de um projeto nação ancorado em tais ideais de uma educação democrática. Quando se propõe então, pensar a educação inclusiva a partir dessa abordagem, destaca-se a importância de fomentar a construção de uma sociedade justa, democrática, igualitária e que respeite a todos, sem distinção de cor, raça, etnia, gênero e capacidades cognitivas, sociais e emocionais de cada indivíduo.

O trabalho desenvolvido na sala de recursos requer um profissional que seja sensível aos contextos e a realidade da comunidade a qual a escola faz parte, principalmente, por entender que os estudantes PAEE apresentam comportamentos e discursos advindos das vivências externas, bem como o nível de entendimento da família sobre a proposta da sala de recursos, sobre a deficiência e/ou necessidades educacionais específicas ligadas ao estudante e o apoio que é oferecido ao desenvolvimento do mesmo no ambiente de casa.

Entendeu-se para a pesquisa citada que o diálogo e parceria entre o professor de AEE e o professor da sala regular é de fundamental importância para um trabalho que vise a inclusão, considerando que são papéis distintos desses professores e que um não sobrepõe o outro, ao contrário disso, são complementares dentro da escola. Noronha (2015, p.75) afirma que para as salas de recursos funcionarem bem, “é preciso que o professor das salas estabeleça comunicação com o professor da sala regular, a fim de obter informações sobre a necessidade de atendimento ou retorno sobre das atividades desenvolvidas com o educando.”

As traduções, interpretações e reinterpretções da política de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais apresentadas pelas professoras da pesquisa, nos remeteu a perceber que a política para se efetivar enquanto política, ela precisa ser vista e analisada dentro do contexto da prática, onde a atuação da política reconfigura a mesma diante das realidades sobrepostas naquele bairro, naquela escola e sobretudo, naquela sala de recurso. Dessa forma, reitera-se a importância de ouvir tais professoras que fazem a sala de recursos acontecer mesmo diante dos desafios que aparecem na sua prática.

CONCLUSÃO

Acredita-se que os objetivos traçados como específicos da pesquisa foram alcançados, no que diz respeito a contextualizar o surgimento das Salas de Recursos Multifuncionais enquanto política pública de educação inclusiva a partir da influência das políticas educacionais brasileiras; identificar as contradições e aproximações entre o contexto da prática das Salas de Recursos Multifuncionais e o que se propõe no contexto da produção da política de educação inclusiva; e, descrever as dificuldades e possibilidades no contexto da prática por professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana–BA para atender a proposta de educação inclusiva.

É importante destacar que a pesquisa mostrou os possíveis campos/arenas políticos, visto que as colaboradoras apresentaram em suas falas concepções e perspectivas distintas que revelam a congruência da atuação governamental do município anterior e o vigente em relação ao movimento da inclusão, revelando-se por sua vez, a influência dessa relação com a política das Salas de Recursos Multifuncionais na cidade. Como toda pesquisa, considera-se que existiram fatores limitantes do estudo, como a própria relação existente entre os sujeitos colaboradores e Centro, sujeitos colaboradores e Governante Municipal.

Os padrões socioculturais, ainda na conjuntura atual, permanecem contrário a concepção de inclusão, devido inclusive a prevalência de um ideário construído socialmente de um sujeito dotado de capacidade intelectual, física, comportamental homogêneo e padronizado, e a escola, por sua vez, rechaça tudo que foge deste ideário, sendo alvo de preconceito, discriminação através de práticas segregatórias e excludentes.

No que se refere a educação especial na perspectiva inclusiva, as mudanças de concepção e de práticas precisam romper principalmente com tais preconceitos e práticas excludentes enraizadas historicamente na sociedade e vivenciados pelos sujeitos que hoje são denominados de PAEE. Neste contexto, as políticas públicas educacionais inclusivas assumem um papel de grande relevância no caminho contrário a tais práticas e buscando a inclusão, pois estas imprimem a direção de um paradigma social desejado. Entretanto, para serem efetivadas de fato, precisam ser contextualizadas na prática e nas vivências estabelecidas dentro do contexto educacional de forma que possibilitem as mudanças estruturais e institucionais necessárias.

Segundo Mantoan (2006, p. 35), “é inegável que as ferramentas estão aí para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dirige, assim como os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta”. Contudo, concretizar realmente a inclusão é um grande desafio, pois envolve mudanças na concepção de sociedade, de homem, de educação e de escola. Alcançar os objetivos para efetivar a inclusão educacional requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no envolvimento de todos os sujeitos partícipes desse sistema, principalmente das instituições governamentais, em âmbito de políticas educacionais, fazendo com que a educação seja baseada no preceito da justiça e fins democráticos.

Não pode deixar de considerar que a partir da segunda metade do século XX, começa a viver, não sem contradições e conflitos, vale ressaltar, um momento de maior consolidação de algumas demandas dos movimentos sociais e da sua luta pelo direito à diferença, sobretudo, no âmbito educacional. Então, entende-se que a década de 90 mais especificamente é marcada por uma transição política que se configurou na iminência de novas práticas sociais e educacionais com o viés inclusivo. E o resultado de tais políticas emergentes deste período de forma mundial, influenciaram diretamente as ações tomadas no contexto nacional, no Brasil.

Mesmo entendendo que os atos legais não significam a garantia de direitos, concorda-se com Cury (2002) quando afirma que uma Lei pode servir como instrumento de luta, ou seja, foi destaca-se a importância que do percurso de análise não somente a política isolada, mas considerando seu contexto de influência e também as vozes das professoras colaboradoras, se configura as Salas de Recursos Multifuncionais enquanto política de educação inclusiva no município de Feira de Santana. Ou seja, foi perceptível principalmente a partir desse recorte da sala, como o Centro de Inclusão e as professoras da sala de recursos percebem a necessidade da inclusão no contexto municipal através do que se propõe a política.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. L. de. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: **Currículo sem fronteiras**, v.6, n.2, p. 10-32, jul/dez. 2006.

BALL, S.J. **Politics and policy making in education: explorations in policy sociology**. Nova York: Routledge, 1990.

_____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. xxvixliii, 2001.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. Em ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. SP: Ática, 1983.

BAPTISTA, Cláudio Roberto (org). **Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina V. Gestão da Educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto, AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Resolução nº 13, de 24 de abril de 2007.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. 1996. Lei Federal nº 9394/96 de 23 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Diário Oficial.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

CARVALHO R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**, 5ª Edição, Porto Alegre, 2006.

CHIZZOTTI, A. **A metodologia do ensino superior: o ensino com pesquisa**. In: CASTANHO, S;

CASTANHO, M.E. (org) **Temas e Textos em metodologia do ensino superior**. Campinas: Papirus, 2001. p. 103-122.

DOS ANJOS, Isa Regina Santos. O Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos. **Revista Fórum Identidades**, ano 5, v. 9, p. 3-11, jan./jun. 2011. Disponível:http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_9_FORUM_V9_01.pdf. Acesso em: 26 set. 2018.

DUARTE, C. S. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100 - Especial, Campinas, p. 691-713, out. 2007.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPHANE, Adriana Lia Frizman de. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAG, Barbara. **Política Educacional e Indústria Cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**. Marília, v.16, n. 46, jan./abr. 2011.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. (orgs). **Caminhos Pedagógicos da educação especial**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Política e gestão da educação especial nos anos 2000: a lógica gerencial**. 2009. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/300.pdf Acesso em: 16 nov. 2018.

GASPARELO, Regina; et al. Análise de políticas educacionais: a abordagem do ciclo de políticas e as contribuições de Pierre Bourdieu. **EccoS Revista Científica**, núm. 47, 2018.

GERALDO, A. C. H. **Didática das Ciências Naturais na perspectiva histórico crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

GLAT, R; FERREIRA, J. R; OLIVEIRA, E. da S. G. & SENNA, I. A. G. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil**. Relatório de consultoria técnica, Banco Mundial, 2003. Disp. Em: www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva. Acessado em set./2018.

GLAT, R. & NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22-27.2002.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

JOSLIN, Melina de Fátima Andrade. **A política de inclusão em questão: uma análise em escolas da rede municipal de ensino de Ponta Grossa – PR**. 2012, 144 f. Dissertação Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: http://bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=818 . Acesso em: 04 de set. de 2019.

KASSAR, Maria de C. M. Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular: do que e de quem se fala? In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs). **Políticas de Educação Inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (org). **Escola Plural: a diversidade está na sala**. São Paulo: Cortez, 2006.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas, uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v.27, n.94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

_____. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. In: **Contrapontos**, Itajaí, v.9, n.1, p. 4-16, jan/abr. 2009.

MAINARDES, J.; GANDIN, L. A. A Abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, C., ALMEIDA, M. L. P. (orgs.) **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, p. 143-167.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S., TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ____; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, C. B.; TIGRE, M. das G. do E. S.; TERNEIRO, M. O. V.; TEBCHERANI, M. M. As concepções de estado e as influências do neoliberalismo na política educacional. **Olhar de professor**, v. 2, n. 2, 9-30, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. A inclusão e integração ou chaves da vida humana. **Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**, 3., Foz do Iguaçu, Paraná.1998.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial: história e política públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, Enicéia G. **Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns**. Projeto 039. São Carlos: UFSCar, 2010.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

PADILHA, Anna Maria L. O que fazer para não excluir Davi, Hilda e Diogo. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs). **Políticas de Educação Inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PARO, V. H. **Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade**. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. Políticas públicas e Educação Básica. São Paulo: Xamã, 2001.

PRIETO, Rosangela Gavioli. Educação especial em municípios paulistas: histórias singulares ou tendência unificadora? In: BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles (Orgs). **Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1981.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de (org). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano XII, v. 12, p. 10-16, mar. /abr. 2009

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por que é tão difícil construir uma teoria crítica?** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais. nº 54. junho de 1999.

SANTOS. M. P. **Educação Inclusiva: Redefinindo a Educação Especial**. Ponto de Vista, Florianópolis, n. 3/4, p. 103-118, 2002.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. (Org.). **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOTO, A. P. O. M.; ZICHIA, A. C.; GONZALEZ, R. K.; PRIETO, R. G. Financiamento da Educação Especial no Brasil na arena do público e do privado. **Poiésis** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina, v. 6, n. 10, Tubarão, 2012, p. 359-376.